

Representante: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592##SE)

Protocolo Nº 20191114234705522		
Situação		
Protocolo Registrado (Aceito)!		
Dados do Protocolo		
Tipo Petição:	Petição Geral	
Destino:	1ª Vara Cível de São Cristóvão	
Data - Hora:	14/11/2019 23:47:49	
Processo Origem:	201983001180	
Dados das Partes		
CPF	Nome	Tipo da Parte
40703894587	MARIA CELINA DA COSTA	Autor
09248608000104	SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Réu
Dados Informados pelo Advogado		
Matéria:	1º Grau - Cível Interior	
Classe:	-	
Processo Origem:	201983001180	
Parte +60 anos:	Nao	
Valor da Causa:	-	
Observação		
Motivo Rejeição		

Anexo	Descricao
2651837_PETICAO_DE_PROVAS_JUR_01.pdf	Petição

[Imprimir](#)[Voltar](#)



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO CRISTOVAO/SE

Processo: 201983001180

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA CELINA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
SAO CRISTOVAO, 12 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE